

Doutrina

O DANO MORAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

Yone Frediani

REPARABILIDADE DO DANO MORAL

Benedito Pereira do Nascimento

COMENTÁRIOS ÀS EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 4, DE 14 DE SETEMBRO DE 1993, E N. 5, DE 15 DE AGOSTO DE 1995

Maria Garcia

DANO MORAL II

Mário Moacyr Porto

ETIMOLOGIA JURÍDICA DO DIREITO E A TEORIA TRIDIMENSIONAL DE MIGUEL REALE COM RELAÇÃO À POLÍTICA

Lucas Rodrigues de Oliveira

DIREITOS PRIVADOS DA PERSONALIDADE

R. Limongi França

A EFICÁCIA DIRETA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES

Eduardo Ribeiro Moreira e Maria Eugenia Bunchaft

REPRODUÇÃO ASSISTIDA HOMÓLOGA POST MORTEM E A COLISÃO DA DIGNIDADE HUMANA

Samantha Khoury Crepaldi Dufner

REPRODUÇÃO ASSISTIDA HOMÓLOGA POST MORTEM E A COLISÃO DA DIGNIDADE HUMANA

Samantha Khoury Crepaldi Dufner

A EFICÁCIA DIRETA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES

Eduardo Ribeiro Moreira e Maria Eugenia Bunchaft

A LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DO ATIVISMO JUDICIAL

Adalberto José Queiróz Telles de Camargo Aranha Filho e Marina Domingues de Castro Camargo Aranha

OPINIÃO CONSULTIVA DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA, DE 9 DE JULHO DE 2004

Natália Zampieri

O CONCEITO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ALGUMAS DE SUAS IMPLICAÇÕES NO DIREITO BRASILEIRO

Luiz Alberto David Araujo e Maurício Maia

A VIOLAÇÃO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA E A QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL

Júlia Gomes Pereira Maurmo

HUMANISMO, FERTILIZAÇÃO IN VITRO E EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS

Isa Gariela de Almeida Stefano

ASILO POLÍTICO, REFÚGIO E EXTRADIÇÃO

Tatiana Waisberg

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, ACESSO À INFORMAÇÃO E O CIDADÃO NA TUTELA DOS DIREITOS COLETIVOS

Herivelto de Almeida e Lucas de Souza Lehfeld

PECS N. 3/2011 E 171/2012 E O CONTROLE SOBRE O JUDICIÁRIO

Rafael José Nadim de Lazari

A PRIMEIRA CÁTEDRA DE DIREITO CONSTITUCIONAL DA EUROPA

Gustavo Podestá Sedra

PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Marilene Araujo

REFLEXÕES SOBRE A BAIXA EFETIVIDADE DOS DIREITOS E DEVERES TRABALHISTAS ESTABELECIDOS PELAS COMUNIDADES E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Rodrigo Coimbra

O JULGAMENTO DA ADPF 153 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CASO GOMES LUND (GUERRILHA DO ARAGUAIA) VERSUS BRASIL PELA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Daiane Moura de Aguiar e Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS, A ARGUMENTAÇÃO DO STF E O DESAFIO DE UMA TEORIA INSTITUCIONAL

Bernardo Barbosa Zettel, Carlos Bolonha e Henrique Rangel

RESPONSABILIDADE CIVIL NA INTERNET

Geraldo Frazão de Aquino Júnior

A IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS SOCIAIS

André Luiz de Azevedo, Danielle Candido de Oliveira, Dorothee Rüdiger, Fausto de Moraes Rocha Araújo, Maria Goretti Dal Bosco, Patrícia Bianchi e Rita D' Cássia de Moraes Machado

A IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS SOCIAIS: o caso da saúde pública, no Brasil

André Luiz de Azevedo, Danielle Candido de Oliveira, Dorothee Rüdiger, Fausto de Moraes Rocha Araújo, Maria Goretti Dal Bosco, Patrícia Bianchi e Vanessa Leal Freitas

CORTE DE JUSTIÇA DO MERCOSUL E LIMITES DA COMPETÊNCIA RATIONE MATERIAE

Juliane Caravieri Martins Gamba

O DIRETO À SAÚDE NO DIREITO COMPARADO

Jaqueline Suryan

Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal

[AGRAVO REGIMENTAL - Interposição contra decisão que autoriza a incidência da taxa Selic na cobrança dos juros de mora e afasta o caráter confiscatório da multa de 30% imposta ao devedor - Inadmissibilidade - Constitucionalidade da utilização do índice para correção de débitos tributários que já está assentada pela Suprema Corte - Análise da infringência do princípio do não confisco, ademais, que requer reexame fático-probatório, inviável em sede extraordinária - Inteligência da Súmula 279 do STF.](#)
